

ESTADO, DEPENDÊNCIA E SUBIMPERIALISMO: UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DE POULANTZAS E RUY MAURO MARINI

Rodrigo Santos Guimarães¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal analisar a relação entre Estado e classes sociais no modo de produção capitalista, a partir das contribuições de Nicos Poulantzas e Ruy Mauro Marini. A análise concentra-se, inicialmente, na teoria do Estado capitalista desenvolvida por Poulantzas, especialmente na noção de autonomia relativa e nos mecanismos jurídico-políticos e ideológicos que permitem a reprodução da dominação de classe. Ao discutir os efeitos de isolamento e de representação da unidade, o artigo evidencia como o Estado se apresenta como instância universal, ao mesmo tempo em que oculta as contradições estruturais do capitalismo. Em diálogo com a Teoria Marxista da Dependência, o trabalho examina as especificidades assumidas pelo Estado nas formações de capitalismo dependente, destacando sua função na mediação entre frações da burguesia interna e os interesses do capital imperialista. A partir das formulações de Marini, analisa-se ainda a categoria de subimperialismo como expressão da inserção contraditória do capitalismo dependente na fase monopolista e financeira do sistema capitalista mundial, ressaltando o papel estratégico do Estado na reprodução da dependência e das desigualdades estruturais.

Palavras-chaves: Dependência; Estado; Burguesia, Marini, Poulantzas

STATE, DEPENDENCE AND SUB-IMPERIALISM: A CRITICAL ANALYSIS OF POULANTZAS AND RUY MAURO MARINI

Abstract

This article aims to analyze the relationship between the State and social classes in the capitalist mode of production, based on the contributions of Nicos Poulantzas and Ruy Mauro Marini. The analysis initially focuses on Poulantzas' theory of the capitalist State, especially the notion of relative autonomy and the legal-political and ideological mechanisms that allow for the reproduction of class domination. By discussing the effects of isolation and representation of unity, the article highlights how the State presents itself as a universal instance while simultaneously concealing the structural contradictions of capitalism. In dialogue with Marxist Dependency Theory, the work examines the specificities assumed by the State in dependent capitalist formations, highlighting its function in mediating between fractions of the internal bourgeoisie and the interests of imperialist capital. Based on Marini's formulations, the category of sub-imperialism is also analyzed as an expression of the contradictory insertion of dependent capitalism in the monopolistic and financial phase of the world capitalist system, emphasizing the strategic role of the State in the reproduction of dependency and structural inequalities.

Keywords: Dependency; State; Bourgeoisie; Marini; Poulantzas

ESTADO, DEPENDENCIA Y SUBIMPERIALISMO: UNA LECTURA CRÍTICA A PARTIR DE POULANTZAS Y RUY MAURO MARINI

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Salvador (UNIFACS). Mestrando em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Recôncavo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2711-5422>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8902601935304772>.

Resumen

Este artículo se propone analizar la relación entre el Estado y las clases sociales en el modo de producción capitalista, a partir de las aportaciones de Nicos Poulantzas y Ruy Mauro Marini. El análisis se centra inicialmente en la teoría del Estado capitalista de Poulantzas, especialmente en la noción de autonomía relativa y los mecanismos jurídico-políticos e ideológicos que permiten la reproducción de la dominación de clase. Al analizar los efectos del aislamiento y la representación de la unidad, el artículo destaca cómo el Estado se presenta como una instancia universal, a la vez que oculta las contradicciones estructurales del capitalismo. En diálogo con la Teoría Marxista de la Dependencia, el trabajo examina las especificidades que asume el Estado en las formaciones capitalistas dependientes, destacando su función de mediación entre fracciones de la burguesía interna y los intereses del capital imperialista. A partir de las formulaciones de Marini, también se analiza la categoría de subimperialismo como expresión de la inserción contradictoria del capitalismo dependiente en la fase monopolista y financiera del sistema capitalista mundial, enfatizando el papel estratégico del Estado en la reproducción de la dependencia y las desigualdades estructurales.

Palabras clave: Dependencia; Estado; Burguesía; Marini; Poulantzas

Introdução

O presente artigo tem por objetivo a relação entre Estado e classes sociais no modo de produção capitalista, com ênfase nas especificidades assumidas pelo Estado nas formações de capitalismo dependente. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, que mobiliza autores centrais da tradição marxista, em especial Nicos Poulantzas e Ruy Mauro Marini, a fim de compreender o papel do Estado na reprodução das relações de dominação de classe em contextos periféricos.

Partindo da teoria Estado capitalista formulada por Poulantzas, com ênfase na proposta desenvolvida em seu livro *Poder político e as classes sociais* (2019), artigo busca discutir a noção de autonomia relativa do Estado e seus desdobramentos político-ideológicos, com destaque para os mecanismos jurídicos e ideológicos responsáveis pelos efeitos de isolamento e de representação da unidade. A análise dessas categorias permite compreender como o Estado capitalista se apresenta como instância universal e neutra, ao mesmo tempo em que assegura, de forma mediada, a dominação de classe.

Em diálogo com esse referencial, o trabalho incorpora as contribuições da Teoria Marxista da Dependência, particularmente as reflexões de Ruy Mauro Marini, com o objetivo de examinar as especificidades do Estado nos países de capitalismo dependente. Busca-se evidenciar

como a autonomia relativa do Estado se manifesta de maneira ampliada nesses contextos, em função da fragilidade hegemônica das burguesias nacionais e de sua articulação subordinada com o capital imperialista, configurando um padrão específico de mediação política e econômica.

O artigo também se propõe a analisar a categoria de subimperialismo como formulada por Marini, compreendendo-a como uma expressão da inserção contraditória de determinadas economias dependentes na fase monopolista e financeira do capitalismo mundial. Nesse sentido, discute-se o papel do Estado na viabilização de estratégias expansionistas regionais relativamente autônomas, que não rompem com a hierarquia internacional do sistema capitalista, mas a reproduzem sob novas formas.

A relevância da investigação reside na articulação entre a teoria do Estado e a crítica da dependência, contribuindo para o debate sobre as formas contemporâneas de dominação capitalista na América Latina. Ao evitar leituras instrumentalistas ou economicistas, o artigo reafirma a centralidade do Estado como estrutura estratégica da luta de classes e da reprodução das desigualdades no capitalismo periférico.

Como conclusão, sustenta-se que o Estado, longe de constituir uma instância neutra, desempenha um papel decisivo na reprodução do capitalismo tanto nos países centrais quanto nos dependentes. No caso das formações dependentes, sua atuação revela-se particularmente contraditória, ao articular interesses de frações burguesas internas e do capital imperialista, reforçando a dependência estrutural. Desse modo, o estudo indica que a superação das limitações impostas pelo capitalismo dependente exige não apenas transformações econômicas, mas também a crítica e a reconfiguração da própria forma estatal.

O Estado e as classes sociais

Inicialmente, é necessário retomar o conceito de Poulantzas acerca do Estado. Em sua obra *Poder político e as classes sociais* (2019), Poulantzas visa construir uma teoria do político no modo de produção capitalista, o qual se caracteriza pelas especificidades das regiões políticas, jurídicas, ideológicas e, predominantemente, econômicas, respeitando suas especificidades e dinâmicas próprias e

suas articulações com as outras estruturas (Poulantzas, 2019).

Dessa maneira, Poulantzas oferece uma importante ampliação do conceito de modo de produção. Tal conceito deixa de ser compreendido como simples sinônimo de economia e passa a ser concebido como uma categoria que engloba a totalidade complexa e articulada das diferentes instâncias da vida social, como o econômico, o político e o ideológico. Essa reformulação constitui a base teórica fundamental que permite à sua teoria delimitar com precisão o objeto de investigação: o poder político. Ao romper com os reducionismos economicistas presentes em determinadas leituras do marxismo e ao afirmar a relativa autonomia das instâncias sociais, Poulantzas pôde analisar a própria instância política no interior do modo de produção capitalista. Em outras palavras, foi capaz de compreender o Estado não como mero reflexo da economia, mas como uma estrutura relativamente autônoma, que intervém ativamente na reprodução das relações sociais de produção e na dinâmica da luta de classes (Boito Jr., 2019).

Portanto, a teoria poulantziana não pretende fazer uma leitura de um Estado específico, mas sim construir uma teoria geral do Estado e do político dentro do modo de produção capitalista, estabelecendo uma ponte entre o Estado e as relações de produção do modo capitalista. Assim, rompendo com o marxismo ortodoxo, o qual concebe o Estado como mero reflexo do capitalismo, Poulantzas nos permite pensar o Estado como criador das condições necessárias para a reprodução do capitalismo (Granato; Martucelli, 2024).

A partir dessa concepção, podemos conceber o papel do Estado como mantenedor das relações sociais no modo de produção capitalista, enraizado pelas contradições de classes inerentes à própria luta de classes, como exemplifica Poulantzas (2019, p. 46) “o Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social (...) e como fator de regulação de seu equilíbrio global enquanto sistema”.

Essa função de coesão, contudo, não é neutra, mas se articula com a reprodução das relações de dominação próprias ao capitalismo. Por sua vez, a essa função global está ligada uma função específica do Estado enquanto estrutura jurídico-política: além de atuar como fator de coesão social, o Estado capitalista, para Poulantzas, cumpre a função política particular de assegurar a dominação de classe. Essa função sobredetermina as

outras dimensões do seu funcionamento, como a organização do processo e da produtividade do trabalho (no plano econômico), a provisão da educação e do ensino (no plano ideológico) e a garantia do funcionamento do sistema jurídico (na dimensão jurídica propriamente dita) (Granato; Martucelli, 2024).

Diante de tal problematização, o Estado exerce um papel central na desorganização da classe trabalhadora, operando por meio do que Poulantzas denomina "efeito de isolamento". Esse efeito consiste em estruturas jurídico-políticas que fragmentam os sujeitos, apartando-os de suas relações de classe e impedindo a formação de uma consciência coletiva. Assim, o Estado não apenas organiza a dominação de classe, mas também contribui ativamente para a dispersão e a individualização dos trabalhadores, dificultando sua articulação enquanto classe social, dessa forma:

Ora, se examinarmos, para começar, a luta econômica de classe, as relações sociais econômicas do M.P.C., constataremos uma característica fundamental e original que definirei doravante como "efeito de isolamento". Ela consiste no fato de que as estruturas jurídicas e ideológicas as quais, determinadas em última instância pela estrutura do processo de trabalho, instauram, em seu nível, os agentes da produção distribuídos em classes sociais como "sujeitos" jurídicos e ideológicos têm como efeito, sobre a luta econômica de classe, a ocultação, particularmente para os agentes, de suas relações como relações de classe. (Poulantzas, 2019, p.130)

A forma jurídica, isto é, o direito, produz aquilo que Nicos Poulantzas denomina de "efeito de isolamento", na medida em que atribui aos indivíduos da classe trabalhadora o status abstrato de sujeitos de direito, formalmente livres e iguais perante a lei. Essa presunção de igualdade jurídica oculta as desigualdades materiais e de classe, fragmentando os trabalhadores em indivíduos isolados, juridicamente equivalentes, mas socialmente desiguais. No plano da forma política, opera-se, por sua vez, o "efeito de representação da unidade", por meio do qual o Estado se apresenta como representante de um suposto interesse comum, encarnando a figura da "nação" ou do "povo". Assim, o Estado funciona como instância que rearticula, em termos ideológicos, os sujeitos previamente individualizados pelo direito, promovendo uma aparência de unidade social que mascara as contradições de classe estruturais à sociedade capitalista.

Portanto, a combinação dos efeitos de isolamento e de representação da unidade permite que o Estado capitalista oculte seu caráter classista, apresentando-se não como uma entidade de classe, mas como a expressão da unidade do povo-nação, composta por indivíduos abstratos e não por classes sociais concretas. Com isso, dissimula-se o seu papel na reprodução da dominação de classe, apagando-se as contradições sociais que o constituem. Essa camuflagem ideológica se demonstra como a especificidade do Estado capitalista: a dominação política de classe não se manifesta diretamente em suas instituições, mas permanece ausente nelas, operando de forma velada por meio da universalização fictícia dos interesses particulares da classe dominante, como pontua pensador grego:

O papel político da ideologia dominante burguesa, dominada pela região jurídico-política, consiste em que ela tenta impor, ao conjunto da sociedade, um "modo de vida" através do qual o Estado será vivido como representando o "interesse geral" da sociedade; como detendo as chaves do universal, ante "indivíduos privados". Estes, criação da ideologia dominante, são apresentados como unificados por uma "igual" e "livre" participação na comunidade "nacional" sob a égide das classes dominantes, que supostamente encarnam a "vontade popular". (Poulantzas, 2019, p.217)

Todavia, a ideologia dominante não se limita a operar sobre as classes subalternas; ela também incide sobre as próprias classes dominantes. Embora o discurso jurídico-político busque impor à sociedade um "modo de vida" no qual o Estado aparece como expressão do "interesse geral" e encarnador do universal frente aos "indivíduos privados", essa mesma lógica ideológica produz um efeito de isolamento que atravessa todo o corpo social. Os indivíduos, apresentados como livres e iguais na participação da comunidade "nacional", acabam por legitimar a hegemonia das classes dominantes, que são representadas como portadoras da "vontade popular". No entanto, essas classes também são fragmentadas em frações em disputa dentro do bloco no poder, o que dilui a consciência de sua posição concreta de classe. Assim, passam a se reconhecer por meio de um suposto interesse coletivo que, embora fictício, é sancionado pelo Estado como representação da totalidade social, reforçando a coesão necessária à reprodução do capitalismo.

Portanto, o Estado, no interior do modo de produção capitalista, não representa de forma imediata os interesses da classe burguesa, mas sim o resultado da luta política travada em seu interior, afinal

Pelo fracionamento interno da classe economicamente dominante e em virtude da sua impotência em realizar sua unidade interna, o Estado assume a função de articulação interna desses interesses (sob a hegemonia de uma fração que é quem controla a política estatal), contribuindo para conciliar e transformar os interesses econômicos particulares dessas classes dominantes em uma política que se apresenta como unitária e “comum” para toda a sociedade. Granato; Martucelli, 2024, p.23)

Diante de tal afirmativa, a autonomia relativa do Estado não se explica por uma suposta unidade ou coerência intrínseca ao poder político presente na institucionalidade estatal, mas sim pela necessidade histórica e estrutural de conciliação entre classes e frações de classes no interior da ordem capitalista. A coesão interna das instituições do Estado capitalista — aquilo que se identifica como sua “unidade própria” — expressa, na verdade, uma forma específica de mediação dos conflitos entre interesses divergentes das classes dominantes e seus aliados, impedindo que o poder estatal se fragmente ou se compartimentalize conforme as disputas internas do bloco no poder. Essa forma de organização estatal, ao apresentar-se como autônoma e funcionalmente coesa, cumpre o papel de estabilizar as condições de dominação de classe e garantir a reprodução das relações capitalistas, ao mesmo tempo em que obscurece suas determinações materiais e o caráter de classe do próprio Estado (Poulantzas, 2019).

Assim, tal como concebido por Poulantzas, o Estado capitalista detém uma autonomia relativa em relação às classes sociais, inclusive sobre as classes dominantes, tal autonomia não se reflete como uma anormalidade presente em tempos de crise, mas como uma característica intrínseca ao Estado no modo de produção capitalista, portanto

Esse Estado se apresenta, a partir desse efeito de isolamento sobre as relações sociais econômicas, como à unidade propriamente política e pública dos antagonismos econômicos particulares e “privados” do conjunto da “sociedade”. O poder institucionalizado do Estado capitalista apresenta uma unidade própria, nas suas relações com as relações sociais econômicas — luta

econômica de classe —, na medida em que representa a unidade de indivíduos-pessoas políticas", ou seja, na medida em que representa a unidade política de um isolamento econômico que é seu próprio efeito (Poulantzas, 2019, p. 284)

Como consequência das relações entre o Estado e as lutas político-econômicas de classe, instaura-se um resultado apenas aparentemente contraditório: o poder concentrado na institucionalidade estatal do modo de produção capitalista, ainda que velando seus reais interesses de classe, apresenta-se como algo distinto do econômico, embora este último seja, na verdade, seu próprio efeito. Esse aparente paradoxo constitui o "segredo" do Estado capitalista: sua capacidade de se apresentar como Estado nacional-popular, como representante da unidade política de indivíduos isolados por antagonismos econômicos, enquanto realiza, na prática, a mediação dos interesses do bloco no poder. Tal característica confere ao Estado capitalista uma unidade própria, sustentada por uma função ideológica precisa, cujo objetivo é garantir a legitimidade da dominação de classe. Essa função ideológica não se resume à difusão de ideias, mas opera materialmente na conformação dos indivíduos em sujeitos jurídico-políticos e na constituição do corpo nacional-popular, assegurando que a dominação se realize não apenas pela coerção, mas pela produção do consentimento. (Poulantzas, 2019).

Estado no capitalismo dependente

Conforme analisado por Poulantzas, o Estado, no interior do modo de produção capitalista, detém uma autonomia relativa em relação às classes dominantes. Essa autonomia não significa neutralidade, mas sim uma forma específica de mediação dos conflitos entre frações de classe no interior da ordem capitalista. Contudo, ao analisarmos países de capitalismo dependente, como o Brasil, essa questão ganha contornos ainda mais particulares, exigindo a incorporação de elementos específicos à dinâmica periférica.

apesar de Ruy Mauro Marini nunca ter formulado um sistema teórico fechado ou uma teoria sistemática do Estado em seus escritos, é possível afirmar, a partir de uma leitura atenta e articulada de sua obra, que a problemática da forma estatal atravessa de maneira constante e estruturante o conjunto de suas reflexões. A

discussão acerca do Estado, ainda que muitas vezes de modo implícito ou subordinado a outras categorias centrais, como a dependência, o imperialismo, subimperialismo e a discussão acerca da transição socialista. Todavia, com bases com seus escritos, bem como presente nos planos de aulas História Mundial Econômica I e II, cursos estes lecionados por Marini na UNAM em seu exílio no México durante a ditadura empresarial-militar brasileira. Conforme analisa Maria Machado Bichir (2019) Marini fora influenciado não somente pelos debates dos marxistas “clássicos” como Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo, mas também claramente influenciado pelos debates de seus contemporâneos europeus como Louis Althusser, Poulantzas e Miliband.

Marini, portanto ao analisar a problemática da formação dos Estados no capitalismo dependente, identifica nos Estados dependentes um grau de autonomia relativa na formação dos Estados dependente, conforme pontuado pelo próprio Marini (2025, p.64) “Uma das características da sociedade dependente é o considerável grau de autonomia relativa que o Estado desfruta”. Em suma, tal fenômeno deriva de uma tendência geral das formações capitalistas: a autonomia relativa do Estado é inversamente proporcional à capacidade da burguesia de exercer hegemonia de classe. Em outras palavras, quanto mais fraca a burguesia nacional em sua capacidade de direção política e econômica, mais forte e autônomo tende a ser o Estado, que assume funções estratégicas de organização e controle social em nome da reprodução do capital, especialmente sob a lógica da dependência.

Assim, em consoante com a teoria proposta por Poulantzas, Marini também identifica nos Estados dependentes um grau de autonomia relativa na formação dos Estados dependente, conforme pontuado por Marini “Uma das características da sociedade dependente é o considerável grau de autonomia relativa que o Estado desfruta”. (2025, p.64) Tal fenômeno, longe de constituir uma anomalia, deriva de uma tendência geral das formações capitalistas: a autonomia relativa do Estado é inversamente proporcional à capacidade da burguesia de exercer hegemonia de classe. Em outras palavras, quanto mais fraca a burguesia nacional em sua capacidade de direção política e econômica, mais forte e autônomo tende a ser o Estado, que assume funções estratégicas de organização e controle social em nome da reprodução do capital, especialmente sob a lógica da dependência.

Tal fragilidade da burguesia e sua relação com o Estado possuem raízes históricas e econômicas. Uma delas se deve à inserção da América Latina no modo de produção capitalista, sobretudo em sua transição da acumulação primitiva para o capitalismo. A América Latina sempre foi um ponto de disputa do capital, tendo em vista que a independência da maioria dos países latino-americanos ocorreu em um momento de consolidação do capitalismo mundial, quando este já se encontrava em sua fase imperialista. Nesse contexto histórico, as novas nações não surgem como projetos autônomos de desenvolvimento, mas como espaços subordinados à lógica de expansão do capital internacional, que buscava ampliar suas fronteiras de acumulação para além dos países centrais. Dessa forma, o capital, ao adotar seu caráter monopolista, passa a depender estruturalmente da exploração das periferias para sustentar o desenvolvimento das forças produtivas no centro do sistema.

Conforme exposto em *O Capital* (2017), a acumulação primitiva não corresponde a uma fase idílica ou natural de formação do capitalismo, mas a um processo histórico marcado pela expropriação violenta dos produtores diretos, pela separação entre os trabalhadores e os meios de produção e pela centralização progressiva da riqueza nas mãos de uma classe emergente. Foi esse conjunto de transformações, operadas por meio da ação estatal, da legislação coercitiva, da colonização e da violência extraeconômica, que permitiu à burguesia dos países centrais não apenas acumular capital, mas também consolidar-se como classe social dotada de capacidade de direção política e ideológica, constituindo uma forma estatal relativamente autonomizada e funcional à reprodução ampliada do capital, rompendo, dessa maneira, com a realidade econômica feudal, como pontua o próprio Marx (2017, p.786) “ A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela”. Ademais, a o processo da acumulação primitiva, ocorrido nos países do capitalismo central, bem como o fim do feudalismo não somente forjou a burguesia enquanto classe dominante, mas também forjou o proletariado, como pontua o velho Marx

Mas se os cavaleiros da indústria desalojaram os cavaleiros da espada, isso só foi possível porque os primeiros exploraram acontecimentos nos quais eles não tinham a menor culpa. Sua ascensão se deu por meios tão vis quanto os que outrora permitiram ao liberto romano

converter-se em senhor de seu patronus [patrono]. O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista (Marx, 2017, p.787)

No entanto, ao observarmos a realidade da América Latina, percebe-se que o processo de acumulação primitiva seguiu um curso distinto daquele verificado na Europa. Enquanto nos países europeus tal processo se consolidou por meio da expropriação interna e do aproveitamento do excedente econômico extraído de suas colônias, na América Latina ele ocorreu em um momento em que o capitalismo mundial já adentrava sua fase imperialista. Com isso, constituíram-se novas formas de articulação entre centro e periferia, nas quais a acumulação se efetiva tanto por mecanismos internos de expropriação quanto pela inserção subordinada dessas formações sociais no sistema capitalista internacional, caracterizando-as como economias dependentes e neocoloniais (Cueva, 2023). Por consequência, os países latino-americanos se inserem já consolidados na chamada divisão internacional do trabalho, a qual define o desenvolvimento dessa região, conforme aponta Marini. (2022, p.171)

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Dessa forma, devido a exceção da acumulação primitiva na América Latina, o modo de produção capitalista vai progressivamente se sobrepondo às formas de produção anteriores, desestruturando as relações sociais tradicionais e remodelando os vínculos econômicos e Dessa forma, devido à exceção da acumulação primitiva na América Latina, o modo de produção capitalista vai progressivamente se sobrepondo às formas de produção anteriores, desestruturando as relações sociais tradicionais e remodelando os vínculos econômicos e políticos conforme as exigências da reprodução ampliada do capital. Esse processo não ocorre de maneira espontânea ou exclusivamente econômica, mas é

fortemente mediado por mecanismos de coerção, inclusive institucionais. Assim, o capitalismo impõe sua lógica não apenas pela violência material da expropriação, mas também pela institucionalização jurídico-política de novas formas de propriedade, trabalho e organização social, que legitimam a subordinação dos trabalhadores à dinâmica do capital.

Podemos afirmar que tal processo, devido ao caráter dependente do modo de produção capitalista na sociedade latino-americana, detém sua especificidade. Uma das principais se deve ao fato de que as formas dos modos de produção anteriores, ditos pré-capitalistas, dificultam as condições para a generalização do mais-valor relativo, mantendo a tendência ao mais-valor extraordinário, o que impede a nivelção da taxa de lucro. Dessa maneira, as frações dominantes da burguesia encontram-se interligadas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, enquanto outras frações se encontram subordinadas a modos de produção distintos ou em fases mais atrasadas do desenvolvimento capitalista (Marini, 2025).

Essa configuração heterogênea e desigual das frações de classe encontra ressonância em Poulantzas (2019), o qual afirma que o bloco do poder constitui um fenômeno típico das formações sociais capitalistas. Tal noção se justifica, em primeiro lugar, pela coexistência, no interior dessas formações, de classes e frações de classe provenientes de diferentes modos de produção, com destaque para a articulação contraditória entre a grande propriedade fundiária de origem pré-capitalista e as diversas frações da burguesia. Em segundo lugar, Poulantzas enfatiza a coexistência igualmente contraditória das próprias frações burguesas — comercial, industrial e financeira —, cujos interesses específicos se articulam de modo desigual no interior do Estado.

Todavia, tal contradição não se limita ao plano nacional, uma vez que as burguesias dos países dependentes articulam-se e entrelaçam-se de forma crescente com as burguesias dos países centrais do capitalismo. Ainda que essa relação seja marcada por interesses estruturalmente antagônicos, as frações burguesas dependentes buscam o apoio do Estado, que, uma vez instrumentalizado, passa a operar como instância de intermediação dessas contradições. Mesmo quando esse processo implica a subordinação, ou mesmo a autodestruição, de frações das burguesias nativas, o Estado tende a ampliar sua autonomia relativa, fortalecendo, por conseguinte, sua

capacidade de intervenção na dinâmica da economia dependente (Marini, 2025).

Subimperialismo e os Estados dependentes

Para compreender a relação entre o Estado e as classes burguesas nos países de capitalismo dependente, Marini revela um elemento fundamental dessa problemática: o vínculo estrutural entre o Estado dos países dependentes e a burguesia imperialista. Como já indicado anteriormente, as burguesias dos países dependentes não atuam de forma isolada, mas se articulam organicamente com as burguesias dos países centrais do capitalismo, estabelecendo uma relação de associação subordinada que condiciona tanto a dinâmica econômica quanto a configuração política desses Estados, como explicita o autor “a situação que acabamos de indicar implica que o Estado dependente se encontra também referido à burguesia imperialista, as contradições que se estabelecem no seio desta operam no sentido de ampliar sua autonomia relativa, agora em relação à burguesia imperialista (Marini, 2025, p.65)”. Diante dessa perspectiva, o Estado nos países de capitalismo dependente, como o Brasil, não se limita a mediar interesses internos, mas opera como um espaço estratégico de convergência entre as frações da burguesia interna e os interesses do capital imperialista, garantindo as condições políticas, jurídicas e institucionais necessárias à reprodução ampliada da dependência. Ainda nessa análise, a leitura mariniana acerca do Estado dependente contribui ao identificar que sua autonomia relativa é profundamente restringida pelas determinações externas do capitalismo mundial, de modo que suas funções de coerção e consenso são orientadas para assegurar a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor aos centros hegemônicos, ao mesmo tempo em que estabiliza, no plano interno, o bloco no poder formado por frações burguesas associadas e subordinadas.

Diante o exposto, se torna necessário tomar a análise de Marini, acerca do fenômeno do imperialismo e do subimperialismo. A Diante do exposto, torna-se necessário retomar a análise de Marini acerca do fenômeno do imperialismo e do subimperialismo. A leitura oferecida por Marini encontra-se ancorada na tradição teórica marxista-leninista acerca do imperialismo. Em seu clássico livro *Imperialismo: Fase superior do capitalismo* (2024), Lenin explicita, como a capitalismo no final no início do

século XX, devido ao alto grau de concentração de capital, surge a necessidade expansão e fusões bancárias, construindo monopólios, sobretudo bancários, bem como a exportação de capitais para regiões periféricas.

Em suma, na base da teoria leninista, o imperialismo marca a transição do capitalismo concorrencial para sua fase financeirizada e monopolista. Nesse estágio avançado, o grau de concentração e centralização do capital atinge tal magnitude que a livre concorrência torna-se obsoleta enquanto princípio regulador da economia. O excesso de acumulação de renda pelos grandes grupos econômicos leva à fusão entre capitais industriais e à criação progressiva de cartéis, oligopólios e trustes, ao passo que os bancos adquirem participação crescente no interior do modo de produção capitalista, conformando conglomerados monopolistas capazes de controlar setores inteiros da produção e das finanças. Desse modo, a produção entre os grandes detentores de capital tende a ser socializada internamente, ao mesmo tempo em que o lucro apropriado pelos detentores dos meios de produção torna-se cada vez mais privado, como pontua o autor:

O capitalismo, em seu estágio imperialista, conduz à socialização integral da produção, em seus mais variados aspectos, arrasta, por assim dizer, os capitalistas - contra sua vontade, e sem que disso tenham consciência- para um novo regime social, entre a liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção se torna social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção permanecem propriedade privada de um número reduzido de pessoas (Lênin, 2024, p.44)

Portanto, o desenvolvimento cada vez mais acelerado do capital — e, por consequência, sua tendência intrínseca à expansão — exige que, a cada novo ciclo de crescimento, o próprio capital ultrapasse seus limites anteriores. Nesse movimento, a formação de monopólios não surge como um desvio ou um fator estranho, mas como uma necessidade histórica, e também dialética, da própria dinâmica expansiva do capital. À medida que a concorrência se intensifica e o volume de investimentos requeridos cresce, a centralização e a concentração tornam-se mecanismos indispensáveis para assegurar a continuidade da acumulação, resultando na consolidação

de monopólios capazes de controlar a produção e reprodução do capital.

Afinal, como observa Marx (2025), o caráter da produção e reprodução capitalistas é determinado pela necessidade permanente de ampliar o valor-capital, produzindo a maior quantidade possível de mais-valor para, em seguida, reconvertê-lo em novo capital. Esse processo, ao transformar continuamente o mais-valor em capital, impulsiona a produção em escala cada vez maior, cujo objetivo fundamental é intensificar a extração de mais-valor e, assim, ampliar os lucros dos capitalistas. Trata-se, portanto, de um movimento expansivo que, ao se aprofundar, exige formas cada vez mais concentradas e centralizadas de organização econômica — culminando na tendência estrutural ao monopólio. Destarte, o modo de produção capitalista anuncia uma nova etapa histórica, na qual supera definitivamente sua fase artesanal e instaura as bases de uma subordinação estrutural de todos os demais setores produtivos, sociais e institucionais à lógica da acumulação. Trata-se de um ciclo de expansão e dominação que, ao aprofundar a extração de mais-valor e centralizar os meios de produção, subordina não apenas ramos específicos da economia, mas todo o conjunto das relações sociais ao imperativo da valorização do capital. É nesse movimento que o capitalismo alcança sua fase monopolista e, posteriormente, imperialista, marcada pela internacionalização do capital, pela dependência entre nações — criando, assim, nações centrais e nações periféricas ao capital — e pela consolidação de hierarquias globais que asseguram a continuidade da acumulação em escala mundial. Ao chegar em sua fase imperialista, Lênin identifica cinco características essenciais do capitalismo nesse estágio, sendo elas: o aumento da concentração da produção e do capital, que se transforma em monopólios; a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, da qual emerge o capital financeiro e os grupos oligárquicos financeiros; a predominância da exportação de capital sobre a exportação de mercadorias; a formação de cartéis internacionais com o objetivo de repartir o mercado internacional entre si; e, por fim, a partilha mundial entre os países centrais do capital (Osório, 2020).

Diante da visão apresentada por Lênin (2024), os monopólios emergem como resultado direto do processo de acumulação de capital e de sua intensificação contínua. À medida que capitais antes concorrentes passam a se concentrar e se centralizar, formam-se grandes blocos capitalistas que dividem o mercado entre

si, neutralizando a concorrência e estabelecendo formas cada vez mais rígidas de controle econômico. Perante tal cenário, Lênin identifica que o capitalismo monopolista e, conseqüentemente, sua fase imperialista, exigem novos mecanismos de sustentação para assegurar sua própria sobrevivência. É nesse ponto que a leitura do imperialismo proposta por Marini (2013) introduz uma inflexão crítica fundamental.

Para o pensador brasileiro, é necessário considerar que, em diálogo com o pensamento marxista tradicional, a característica central do imperialismo não reside simplesmente na exportação de manufaturas ou de capitais, nem no controle de matérias-primas ou na partilha do mundo entre grandes potências. Para o autor, tais elementos são apenas manifestações derivadas da passagem do capitalismo à fase dos monopólios e do capital financeiro. O cerne do imperialismo está justamente na fusão entre monopólios e capital financeiro — binômio que constitui a força motriz capaz de explicar e organizar todos os demais aspectos do fenômeno, desde a exportação de capitais até a tendência beligerante entre as grandes potências. Dessa forma, ao definir a categoria do subimperialismo, Marini (2013, p. 256) explicita que se trata da "forma que assume o capitalismo dependente ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro". Com isso, o autor evidencia que o subimperialismo não constitui um desvio externo ou meramente conjuntural do desenvolvimento capitalista nas formações dependentes, mas uma modalidade específica de sua inserção na dinâmica global do capitalismo monopolista.

Trata-se, portanto, de um padrão estrutural de reprodução do capital que emerge quando economias dependentes alcançam determinado grau de concentração, centralização e financeirização. Nesse sentido, Marini sustenta que o subimperialismo compartilha a mesma base histórica e econômica do imperialismo clássico: a hegemonia dos monopólios e do capital financeiro. A diferença não reside na natureza do processo, mas na posição ocupada na hierarquia do sistema mundial. Enquanto as potências centrais exercem o imperialismo a partir de uma posição dominante na divisão internacional do trabalho, os países subimperialistas o fazem de maneira subordinada, reproduzindo externamente mecanismos de exploração e dominação que, internamente, já estruturam suas economias dependentes. Em suma, o imperialismo é próprio dos países do capitalismo central, ao passo que o subimperialismo se aplica aos países de capitalismo

dependente. Portanto, o subimperialismo aparece como expressão dialética e, por consequência, contraditória do capitalismo dependente em sua "maturidade" monopolista, pois, ao mesmo tempo em que permanece subordinado ao imperialismo central, passa a desempenhar funções expansionistas regionais, articulando exportação de capitais, controle de mercados periféricos e projeção político-militar limitada. Desse modo, para Marini (2013), tanto o imperialismo quanto o subimperialismo possuem a mesma raiz estrutural — a fase dos monopólios e do capital financeiro —, diferenciando-se fundamentalmente pelo grau de autonomia e pelo lugar ocupado na totalidade do sistema capitalista mundial.

Dessa maneira, para Marini (2025), especialmente no caso brasileiro, o subimperialismo surge como resultado da correlação específica entre as frações da burguesia no interior do bloco no poder, cuja consolidação permite ao Estado assumir uma estratégia de expansão regional relativamente autônoma. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, a constituição de uma composição orgânica média dos aparatos produtivos nacionais em relação à escala mundial; por outro, o exercício de uma política expansionista que, embora dotada de relativa autonomia, é acompanhada por uma maior integração ao sistema produtivo imperialista. Tal política, contudo, não rompe com a hierarquia internacional do capitalismo, mantendo-se inscrita no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala global. Portanto, a burguesia dos países dependentes não visa a uma ruptura com a burguesia imperialista.

Ao contrário, sua reprodução material e política se realiza precisamente na articulação subordinada com o capital externo. Nesse sentido, os Estados dos países dependentes atuam, de maneira contraditória, atendendo aos interesses tanto da burguesia nacional quanto da burguesia internacional. Do ponto de vista econômico, o capital exportado pelos países imperialistas para as zonas dependentes exige do Estado nacional dessas formações sociais uma capacidade crescente de intervenção, uma vez que se faz necessária a defesa do mercado externo e a criação de mecanismos jurídico-políticos para assegurar o investimento estrangeiro. Ademais, se a exportação de capitais a partir de uma nação imperialista expressa, em sua forma mais acabada, a tendência do capital à internacionalização, sua conversão em capital produtivo no interior de uma economia nacional determinada representa,

paradoxalmente, um momento de negação dessa tendência, na medida em que passa a depender das condições específicas de reprodução dessa economia e da mediação ativa do Estado. Isso porque não são apenas os interesses do capital estrangeiro que operam de forma nacionalizada; as frações burguesas nacionais, mais fracas em relação às burguesias imperialistas, tendem a utilizar o Estado como principal meio de negociação com a burguesia imperialista (Marini, 2025).

Considerações finais

Diante do exposto no presente artigo, é possível compreender o Estado capitalista não como um mero reflexo mecânico da economia, mas como uma instância dotada de autonomia relativa, cuja função central consiste em assegurar a coesão social e a reprodução das relações de dominação de classe. A contribuição de Nicos Poulantzas mostrou-se fundamental para apreender o caráter estruturalmente relacional do Estado, entendido como condensação material das correlações de força entre classes e frações de classe no interior do modo de produção capitalista. Tal perspectiva permite superar leituras instrumentalistas e economicistas, evidenciando o papel ativo do Estado na organização política, jurídica e ideológica da sociedade capitalista.

Nesse sentido, a análise dos efeitos de isolamento e de representação da unidade revelou-se central para compreender os mecanismos pelos quais o Estado capitalista oculta seu caráter classista. Ao constituir os indivíduos como sujeitos jurídicos abstratos e, simultaneamente, apresentar-se como representante do interesse geral da nação, o Estado produz uma forma específica de dominação política que não se expressa de maneira direta, mas mediada por formas universais e aparentemente neutras. Essa camuflagem ideológica é uma das marcas distintivas do Estado capitalista e explica sua capacidade de garantir a reprodução da ordem social mesmo diante de profundas contradições de classe.

Ao deslocar essa análise para o contexto dos países de capitalismo dependente, tornou-se necessário incorporar as contribuições da Teoria Marxista da Dependência, em especial as reflexões de Ruy Mauro Marini. Embora não tenha elaborado uma teoria sistemática do Estado, Marini oferece elementos decisivos para compreender a especificidade das formações sociais dependentes, nas

quais a autonomia relativa do Estado se intensifica em razão da fragilidade hegemônica da burguesia nacional e de sua articulação subordinada com o capital imperialista. Assim, o Estado dependente assume funções ampliadas de mediação, coerção e organização social, orientadas para a reprodução da dependência e da superexploração da força de trabalho.

A inserção tardia e subordinada da América Latina no sistema capitalista mundial, já em sua fase imperialista, condicionou profundamente a conformação de seus Estados e de suas classes dominantes. Diferentemente dos países centrais, onde a acumulação primitiva possibilitou a consolidação de uma burguesia nacional relativamente autônoma, nas formações dependentes o capitalismo se impôs de maneira desigual e combinada, articulando formas produtivas distintas e frações de classe heterogêneas. Esse processo resultou em um bloco no poder marcado por contradições internas e por uma dependência estrutural em relação ao capital externo, reforçando o papel do Estado como instância de articulação desses interesses divergentes.

É nesse contexto que a categoria de subimperialismo, formulada por Marini, assume especial relevância analítica. Longe de representar uma ruptura com o imperialismo, o subimperialismo expressa uma forma específica de inserção do capitalismo dependente na dinâmica do capitalismo monopolista e financeiro. Países como o Brasil, ao atingirem determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e de concentração de capital, passam a exercer políticas expansionistas regionais relativamente autônomas, sem, contudo, romper com a hegemonia do imperialismo central. Trata-se, portanto, de uma estratégia contraditória, que combina subordinação externa e dominação regional.

Por fim, pode-se afirmar que a articulação entre a teoria do Estado de Poulantzas e a crítica da dependência de Marini permite uma compreensão mais aprofundada das particularidades do Estado nos países periféricos. O Estado dependente não é apenas um mediador interno das lutas de classe, mas também um agente fundamental da reprodução das hierarquias internacionais do capitalismo. Ao assegurar simultaneamente os interesses das frações burguesas nacionais e do capital imperialista, o Estado consolida a dependência como forma estrutural de reprodução social. Desse modo, a superação dessa condição não pode prescindir de uma transformação radical das relações de produção e da própria forma

estatal, apontando para a necessidade histórica de ruptura com a lógica do capitalismo dependente.

Referências

BOITO JÚNIOR, Armando. **Prefácio à edição brasileira**. In: POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2019a. p. 7-13.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Tradução de Gabriel Landi Fazzio e Leonardo Gondim. 1. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2023.

GRANTATO, Leonardo; MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Ler Poulantzas: conceitos elementares de poder político e classes sociais**. Marília: Lutas Anticapital, 2024.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: estágio superior do capitalismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2024.

MACHADO BICHIR, Maria. **Aportes de Ruy Mauro Marini ao debate sobre o Estado nos países dependentes**. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 84, p. 535-553, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo**. In: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Corrêa (org.). **Ruy Mauro Marini: dependência e revolução na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Estado e crise no Brasil**. In: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Corrêa (org.). **Ruy Mauro Marini: dependência e revolução na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital**. Tradução de Flávio Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e relações internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

